



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 12/2009** -----

-----Aos doze dias do mês de Maio do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia e Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta da Sra. Vereadora Maria José Freixinho, à presente reunião. -----

----- **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA** -----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 11 de Maio de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **374.187,38 € (Trezentos e setenta e quatro mil, certo e oitenta e sete euros e trinta e oito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**ASSUNTOS**

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**2.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

----- **2.1.1 – ENCERRAMENTO DO POSTO MÉDICO DE MERUGE**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que teve conhecimento através da comunicação social que o Posto de Médico da freguesia de Meruge encerrou, questionando o Sr. Presidente da Câmara quanto às razões que levaram ao seu encerramento, por considerar tratar-se de uma medida negativa para o Serviço de Saúde do Concelho de Oliveira do Hospital. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente referiu que aquilo que disse sobre os ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, aplica-se, quer ao Posto Médico de Meruge, quer a qualquer outro Posto de Médico do concelho de Oliveira do Hospital, sublinhando que “como eu já referi o Presidente da Câmara não é ouvido nem achado antes das entidades respectivas tomarem qualquer decisão nessa matéria. Se o Presidente da Câmara fosse ouvido, naturalmente que alertaria as entidades para a necessidade de manter estes Postos em funcionamento, tendo em atenção aquilo que eles representam para as populações, nomeadamente para as populações mais idosas e portanto, não posso responder sobre algo de que não sou responsável, e sobre algo de que não me é pedida opinião. Dizer apenas que estou ao lado da população, estou ao lado da Junta de Freguesia nestes diferendos que existem, nomeadamente com as entidades respectivas, neste caso com a Administração Regional de Saúde.”

-----**2.1.2 – ENCERRAMENTO DA EMPRESA DE CONFECCÕES HBC**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se também ao encerramento da empresa de Confeccões HBC, manifestando a sua preocupação com tal medida uma vez que colocou no desemprego uma série de pessoas. Questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente à existência de algum plano ou ideia que trace um destino para todos aqueles que ficaram sem emprego, ou seja, se existe alguma medida que vise minorar os efeitos deste encerramento. -----

-----O Sr. Presidente referiu que também não é à Câmara que compete tomar medidas para minimizar estes problemas decorrentes do encerramento de unidades industriais, salientando que “infelizmente existem outras que atravessam uma situação muito complicada”. Disse ainda que “os problemas existem e é preciso que quem tem responsabilidades tome medidas atempadamente para os resolver”, sublinhando que “não é a autarquia, infelizmente, pois se existisse aqui essa possibilidade já teriam sido estudadas todas as hipóteses de solução para os problemas”, lembrando que “os problemas actuais não se devem apenas à crise financeira e de liquidez mas principalmente à redução de encomendas, factor que está a criar grandes obstáculos nomeadamente à nossa indústria no ramo das confeccões, situação em que as autarquias e o Estado não têm como agir. Salientou que, no entanto, existem aspectos em que o Governo pode actuar no sentido de minorar alguns dos problemas que vivem as empresas, contribuindo para que possam resistir a este período particularmente difícil. -----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----**2.2.1 – INCIDENTE OCORRIDO NA ESCOLA BÁSICA DE GALIZES**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Estamos a falar de um equipamento educativo, responsabilidade do Município de Oliveira do Hospital, logo entendo que a Câmara Municipal tem que assumir todas as suas responsabilidades integralmente sobre o estado daquele edifício e sobre as consequências do que lá se passou. Ruiu um tecto em plena sala de aula, felizmente que ruiu durante a noite. Ruiu um tecto, não foi uma janela ou uma porta que caiu, foi um tecto que caiu, que desabou sobre a sala de aula. Importa saber as causas, naturalmente, e era a primeira questão que eu colocava, se tecnicamente já sabem as causas do que ali aconteceu. Depois, há todo o desencadear da situação. No meu entender o processo, digamos que, de gerir a tensão, o nervosismo instalado e a falta de segurança que os alunos e os pais têm no espaço não foi bem conduzido, é a minha opinião, acho que a Câmara deveria ter agido mais prontamente no sentido de garantir a calma dos alunos e dos pais, no sentido de que houvesse mais confiança no espaço. Entretanto, por aquilo que eu percebi, o espaço já foi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

intervencionado tendo sido colocado um tecto falso. Agora, a questão que se coloca é se já foram identificadas todas as causas do que aconteceu ali, se já foi feita uma peritagem técnica ao tecto do edifício e a todo o edifício e a outros edifícios que tenham tido intervenções ao mesmo tempo que aquele, creio que nos últimos seis anos, para avaliar do estado de todos esses edifícios que foram intervencionados. Estas situações é verdade que acontecem, é verdade que não acontecem só aqui, mas também é verdade que, geram insegurança, e geram perda de confiança, em primeiro lugar nos espaços que são frequentados pelas crianças e em segundo lugar geram falta de confiança em relação aos responsáveis que têm a obrigação de velar por aqueles espaços. Eu questiono se vai ser feita ou não uma intervenção de requalificação de fundo do edifício, quer na escola, quer nos equipamentos que lhe estão associados e eu remeto para a Carta Educativa o que é que ela prevê para aquela escola. A verdade é que a escola tem crianças, aconteceu lá este acidente, poderia ser uma situação muito grave, poderia causar danos irreparáveis naquelas crianças, agora há que a Câmara assumir todas as suas responsabilidades e há que restaurar a segurança do edifício e, particularmente a confiança dos pais e das crianças no uso corrente e confiável aquele espaço, porque naturalmente é visível que existe um clima de tensão muito grande e que, também devo dizer, os responsáveis da Câmara Municipal, em meu entender, não souberam acautelar devidamente. Porque, volto a dizer, creio que o processo foi muito mal conduzido da parte da Câmara Municipal.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu entender que “no meio de tantos “que ... “ também se poderia aqui introduzir outros “que...”, e que era, o “que intromissão política no processo...,” “que intromissão de meios de comunicação social em reuniões que devem ser privadas”, por considerar que os assuntos devem ser abordados como tal. Esclareceu ainda que à Câmara Municipal compete realizar reuniões com os responsáveis educativos ou seja, com o Conselho Executivo do Agrupamento respectivo, não sendo obrigada a realizar reuniões com os pais, sendo que, eventualmente, em determinadas situações, o deve fazer com os representantes dos pais e encarregados de educação. Disse ainda que “a Senhora Vereadora do Pelouro tem, de forma interessada, participado em algumas reuniões que considera serem importantes com os pais, não tendo, naturalmente, a obrigatoriedade de o fazer”, lembrando que, no caso de Galizes “a Sra. Vereadora deslocou-se à escola para participar numa dessas reuniões, tendo na altura entendido que não estavam reunidas as condições para que a mesma decorresse como era esperado, decidindo assim ausentar-se da mesma”. Mais referiu que contrariamente àquilo que o Sr. Vereador José Francisco Rolo pensa, aquela escola não foi intervencionada nos últimos seis anos no que concerne ao que se tem estado a referir” -----

-----Ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que se baseou em declarações da Sra. Vereadora do Pelouro que leu num jornal. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “a comunicação social escreve muita coisa que não tem nada a ver com a verdade, tal como comprovarei mais à frente com outros documentos. A comunicação social cria factos ou pretende criar factos para ter notícia e vender jornais. É isto que acontece na maioria das vezes, infelizmente, na comunicação social. E eu já provei isso até a alguns responsáveis pela comunicação social, relativamente a coisas que eu não disse e que foram escritas como se fosse eu que as tivesse dito, pelo que estou muito à vontade para falar sobre estas matérias”. Prosseguiu referindo que aquando da concepção inicial do edifício a escola tinha um forro e não uma laje, esclarecendo que a laje de tecto hoje existente, mesmo tendo sido aplicada já há alguns anos, não demonstrava qualquer tipo de fissura ou problema que pusesse em causa a segurança das crianças, até ao dia em que caiu parte do material do tecto. Esclareceu ainda que “na sequência da queda desse material do tecto a Câmara Municipal fez aquilo que lhe competia fazer, ou seja, mandou os Técnicos ao local, mandou examinar o local, perguntou quais as soluções para o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

problema, e em função daquilo que foi definido como sendo a solução para o problema, mandou executar em tempo útil essas propostas de solução. Resolveu o problema, e pôs as salas em condições de segurança para que os alunos pudessem entrar novamente nas salas”. Mais referiu que “isto foi aquilo que a Câmara fez dentro daquilo que são as suas competências e fê-lo tendo sempre presente aquilo que é a responsabilidade que deve ser assumida nestes processos. Explicou ainda que “logo após a ocorrência, a Sra. Vereadora reuniu com os Senhores Professores e, julgo, que com alguns pais, e pôs duas hipóteses de solução para que os alunos pudessem continuar a ter aulas enquanto estivesse a decorrer a intervenção promovida pela Câmara. Tinha uma solução que era transportar os alunos para a Escola de Aldeia de Nogueira, que está devoluta, e uma outra solução, que era colocar os alunos na sede da Sociedade. Eu, desde a primeira hora, entendi que a solução mais adequada era a da Sociedade, mas, não queria de qualquer forma estar a impor o que quer que fosse aos pais, tendo os pais também optado por esta solução. As crianças frequentaram a Sociedade durante duas semanas, o tempo necessário para se fazer a intervenção na escola. Contudo, surgiram entretanto, outras questões laterais que nada têm a ver quer com a escola, quer com a intervenção efectuada. Disse ainda que deu indicações aos serviços para que, nomeadamente, em escolas que terão sido intervencionadas à mesma data, fossem efectuadas vistorias no sentido de inferir da existência, ou não, de eventuais fissuras nas lajes onde elas existem. Concluiu referindo que a Câmara tomou as decisões que devia tomar, em tempo oportuno e adequado para que as soluções pudessem ser encontradas. -----

----- Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Francisco Rolo esclareceu que “a única intromissão política, porque é de política educativa que se trata, foi da Câmara Municipal. Foi a única intromissão política, porque tem responsabilidades políticas, em termos de política educativa sobre aquele equipamento. Assim como é da responsabilidade da Câmara Municipal, no âmbito da condução da política educativa, dialogar e articular-se com os pais ou com os representantes dos pais, pelo que eu não acho que seja errado fazer isso, ou seja reunir com os pais. Acho que é um acto normal, a Câmara Municipal abrir-se à comunidade e dialogar com qualquer sector da população, sejam pais dos alunos, sejam empresários, sejam dirigentes de IPSS's, sejam Presidentes de Junta, isso é uma obrigação política da Câmara, nos vários domínios”. -----

----- O Sr. Presidente lembrou o Sr. Vereador José Francisco Rolo de que não é o único agente político no concelho, salientando que cada comunidade tem os seus agentes políticos. -----

**-----2.2.2 – ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/ FELGUEIRA VELHA ROTUNDA DE ERVEDAL DA BEIRA -----**

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se às obras de beneficiação da estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, salientando que “a estrada foi intervencionada, tem ainda as fragilidades que todos reconhecemos, o espaço da rotunda no Ervedal da Beira continua afunilado, dificulta a circulação, continua um buraco no meio da via, para quando uma solução que regularize e que permita que o trânsito flua com segurança e que se retire da via aquele buraco à entrada de Ervedal”. -----

----- O Sr. Presidente referiu desconhecer a existência de qualquer buraco no local referido, sublinhando que aquilo que denota é apenas um desnivelamento do pavimento, por força das camadas que foram aplicadas de betuminoso, lembrando que existe uma zona que ainda não foi intervencionada mas que, a seu tempo, o problema será resolvido com uma solução alternativa que não aquela que estava inicialmente equacionada, pelo que a obra será concluída dentro do prazo que foi previsto, isto se não se verificar qualquer necessidade de prorrogação do prazo de execução da obra. -- -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**2.2.3 – GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Foi feita uma proposta para se fazer uma candidatura do Município de Oliveira do Hospital. Foi-nos dado conta aqui que se fez essa candidatura, eu questionava se já há decisão quanto à criação de um Gabinete de Inserção Profissional para dar apoio aos jovens e pessoas à procura de emprego e para dar apoio aos desempregados do concelho de Oliveira do Hospital.”-----

-----O Sr. Presidente deu conta de que efectivamente a candidatura da Câmara Municipal foi aprovada, aguardando agora a recepção do documento oficial comprovativo da aprovação para que, posteriormente, se desenvolvam todas as actividades complementares no sentido de por a funcionar este Gabinete de Inserção Profissional que, tal como já aqui foi referido, irá funcionar no espaço destinado à Incubadora de Empresas com vista à rentabilização dos recursos humanos.-----

-----**2.2.4 – ARCED - VOTO DE CONGRATULAÇÃO/ LOUVOR**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo manifestou o seu voto de congratulação/ louvor às equipas de Futsal da ARCED, pelos seus resultados desportivos designadamente por terem sido campeões distritais, salientando que “apesar da discriminação negativa que aqueles jovens atletas têm sido alvo por parte da maioria desta Câmara Municipal, eles provam no campo a sua qualidade, o seu empenho a sua capacidade de esforço, triunfando, vencendo no campo e também vencendo junto da população ganhando o seu reconhecimento. Para além de levarem o nome do concelho de Oliveira do Hospital a todo o distrito, fazendo a promoção grátis do seu concelho e da sua boa prática desportiva, para eles um verdadeiro prémio de mérito desportivo do concelho de Oliveira do Hospital, creio que o merecem.”-----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto recorrente, lembrando que “a ARCED utiliza espaços e transportes que são municipais”, entendendo assim que “se mérito há, não é um mérito gratuito como o Sr. Vereador José Francisco Rolo fez crer. É um mérito que tem o apoio da Câmara Municipal, nomeadamente na cedência de espaços e na cedência de transportes.”-----

-----Ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “é um pouco menos do que é dado a outras entidades”.-----

-----O Sr. Presidente prosseguiu referindo que “eu fico sempre satisfeito com resultados positivos, sejam da ARCED, sejam de outras associações, sejam dos clubes, sejam das empresas, como sinal de aumento da riqueza, ou seja, tudo o que é positivo no concelho. A mim, deixa-me satisfeito, contrariamente a alguns que parecem não ficar muito felizes com determinados aspectos positivos que existem no concelho e então procuram desvalorizá-los. Eu não desvalorizo porque considero isso importante, porque o concelho é feito da soma de tudo isso.-----

-----**2.2.5 – PLANEAMENTO NO DOMINIO DA ACCÃO SOCIAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----Na última reunião de Câmara debatemos aqui a necessidade ou não de implementar uma Carta Social. Há vários anos que defendo que Oliveira do Hospital deveria ter essa mesma Carta Social, o Senhor Presidente refugia-se na ideia que a Carta Social é um documento recente, ou de decisão recente. Contudo, e tal como lhe tinha dito, eu fui à procura, e desde 2006 que existem relatórios de Cartas Sociais de todo o país no site [cartasocial.pt](http://cartasocial.pt), onde tem toda a informação sobre o que é uma Carta Social, todos os conceitos associados e todos os elementos quantitativos ao nível



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de todo o país, ao nível de todos os equipamentos existentes em todo o país. E dizer também, na sequência de um alerta de Janeiro de 2008, Penela, Cascais e Cantanhede, e referi apenas três Municípios que tinham Carta Social e são Municípios de escalas diferentes de Oliveira do Hospital. Eu na altura aconselhei que o Município de Oliveira do Hospital consultasse estas Cartas Sociais para que se pudesse inspirar em boas práticas. Por último trago aqui um documento síntese da Carta Social do concelho de Cascais, que data a proposta final de 27 de Novembro de 2007. Portanto, isto, são documentos que há muito andam a ser trabalhados e a ser desenvolvidos. Nós aqui, mais uma vez, ficamos à espera que alguém nos mande ou que nos imponha fazer uma Carta Social. Assim se vai perdendo tempo e assim, por exemplo, temos o nosso Plano de Desenvolvimento Social expirado há vários anos desde 2007 e ficamos ainda à espera que saia legislação para produzir, segundo diz o Sr. Presidente, uma Carta Social. É bom que nos vamos actualizando e também que saibamos andar na vanguarda destas matérias, designadamente do Planeamento Social.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “também poderia estar a afirmar que o documento que a autarquia tem, o Plano de Desenvolvimento Social, é a Carta Social do Concelho de Oliveira do Hospital. Não mudou nada, para além da nomenclatura, e portanto, eu podia estar aqui a dizer que a nossa Carta Social está a ser revista tendo em atenção, nomeadamente, o que saiu recentemente em termos de legislação sobre essa matéria, a qual é muito recente. Ou seja, poderia estar aqui a utilizar esse argumento, até porque o nosso Plano de Desenvolvimento Social tem todos os conteúdos que fazem parte de uma Carta Social”. Disse ainda que “está agora a ser preparado um Plano de Acção mais específico, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social, e que será integrado na Carta Social, da mesma forma que o Gabinete de Inserção Profissional também irá constar da Carta Social”. Entende assim que “são elementos e projectos novos que, à partida, poderiam não estar contidos na Carta Social se ela já estivesse feita, considerando que esses exemplos resultam de candidaturas oportunamente apresentadas pela Câmara Municipal”, concluindo que “é essa a nossa função e estamos aqui para isso, é para apresentar candidaturas, desenvolver projectos e criar bem-estar no concelho”.-----

**3 - ORDEM DO DIA**-----

**-----3.1 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES -  
AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE-----**

D.A.G.F./Proc.42/19

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o Fax, remetido em 28 de Abril, pela ANMP, a prestar alguns esclarecimentos acerca da mesma, e que a seguir se transcreve na íntegra. -----

-----“ A propósito na notícia inserida no Jornal “Correio da Beira Serra”, de 16/04/2009, relativa aos Agrupamentos de Centros de Saúde, gostaríamos de, a tal propósito, e como o objectivo do total esclarecimento de todos, sublinhar o seguinte:-----

-----1 – A ANMP pronunciou-se desfavoravelmente relativamente ao projecto de diploma que criou os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), por entender que o mesmo não defendia convenientemente os interesses das populações e dos municípios;-----

-----2 – Desde logo porque se desconhecia o fundamento para a previsão de um máximo de 74 ACES, bem como os critérios de agregação dos municípios; -----

-----3 – Paralelamente, sublinhou-se que não se articulou os mecanismos de participação do Poder Local nos ACES com o processo de transferência de competências para os municípios na área da saúde; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----4 – Não obstante tal desacordo, desde o início do processo que a ANMP interveio junto do ministério da Saúde, no sentido das alterações a implementar serem articuladas com os municípios;-----

-----5 – Procurou-se, em reuniões havidas com Sua Excelência a Ministra da Saúde, que os municípios fossem consultados, quer ao nível da integração nos ACES, quer garantindo a sua audição aquando da definição das respectivas sedes.-----

-----Verificou-se, no entanto, conforme já tivemos a oportunidade de transmitir a V. Exa. através da circular 47/2009-PB, de 14/04/2009, que o Ministério da Saúde levou a efeito a constituição dos ACES sem envolver de forma concreta os municípios, não tendo articulado com estas as alterações a efectuar, não definindo critérios aplicáveis à definição do local das sedes - preferindo situações casuísticas -, e não ouviu os municípios sobre a fixação em concreto das sedes dos agrupamentos de centros de saúde, contrariando o compromisso que havia sido assumido.-----

-----São estes os esclarecimentos complementares que entendemos formular a V. Exa..-----

-----Com os melhores cumprimentos,-----

-----O Secretário-geral-----

-----Artur Trindade-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que o conteúdo desta comunicação só prova que quando se manifestou acerca da criação dos ACES, disse a verdade e apenas aquilo que tinha que dizer, sem qualquer receio de o fazer.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----Ainda sobre este assunto o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “eu voltei a ver a Lei que cria os ACES e a Lei diz no seu preâmbulo que foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses e promovida a audição da Associação Nacional de Freguesias. Contudo, numa anterior comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 14 de Abril de 2009, dizia o seguinte “Na medida em que, no âmbito da reestruturação dos serviços actualmente em curso, existe a possibilidade de serem desconcentradas valências funcionais de saúde que integrem os ACES, somos a sugerir a V. Exa. que com os restantes municípios que integram os ACES possa articular tal problemática no sentido de que possa ser prestado um melhor serviço às populações. Paralelamente foi também deliberado pelo Conselho Directivo sugerir que os municípios assumam as suas responsabilidades na liderança dos concelhos das Comunidades dos Agrupamentos de Centros de Saúde, na defesa intransigente e activa da qualidade dos Serviços de Saúde em nome da população”. Referiu ainda que “subscrevo integralmente o que aqui está. É a minha posição política de princípio, e por isso concluo desafiando o Sr. Presidente da Câmara, em vez destas “picardias” e destas “guerrilhas”, assumo a sua candidatura ao Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte – 1. Desafio-o a candidatar-se, procure apoios para que possa ser eleito, porque aqui, neste fórum, nas reuniões de Câmara, não defende nenhuma questão de saúde de Oliveira do Hospital. Desafio-o portanto a candidatar-se ao Conselho da Comunidade, procure apoios e faça por se eleger, e aí sim, será uma voz para cumprir estes dois pontos.”-----

-----**3.2 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA - TARIFAS DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DAS ÁGUAS DO ZÉZERE E CÔA, S.A.**-----

D.A.G.F./Proc.42/19

-----Na sequência da reunião realizada no passado dia 27 de Abril do corrente ano, na sede da Associação de Municípios da Cova da Beira, que teve como ponto único a discussão dos projectos tarifários dos sistemas multimunicipais, remete para conhecimento cópia da carta enviada ao Senhor



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**3.3 - PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE: -----**

-----**3.3.1 - FIDALMÓVEL, LDA.**-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de um toldo já instalado no seu estabelecimento, sito na Rua Aurélio Amaro Dinis, 3-A, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**3.3.2 – LUXÓPTICAS, LDA**-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de um reclamo luminoso a instalar no seu estabelecimento, sito na Rua do Colégio, nº 10 - A, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

**3.4 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO - CLUBE SEITA -----**

D.A.G.F. /Proc. 69/3

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento do evento denominado “XV Concentração 2009”, a realizar nos dias 12, 13 e 14 de Junho de 2009.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, isentar o Clube Seita do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

**3.5 - LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDA EM PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL – CARLOS MANUEL FARIA -----**

D.A.G.F./Proc.31

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta remetida pela D. Fernanda Cristina da Costa Garcia Faria, na qualidade de esposa do consumidor de água com o código de arruamento nº 21707, a solicitar a atenção da Câmara Municipal para uma dívida de consumo de água que se reporta aos anos de 2001, 2002 e 2003, no valor total de 338,60 € (Trezentos e trinta e oito euros) e bem assim para uma dívida respeitante à ligação de um ramal de abastecimento de água à sua habitação, sita ao Poeiro, freguesia de Lajeosa, no valor de 160,00 € (Cento e sessenta euros), que contraiu com esta autarquia e à qual ainda não conseguiu fazer face, uma vez que a sua disponibilidade financeira não tem permitido pelo facto de se encontrar em situação de desempregada.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com as informações da Técnica de Acção Social e do Serviço de Execuções Fiscais, que aqui se dão por reproduzidas, anular os conhecimentos de dívida nºs 5939/2001, 7273/2001, 888/2002, 2732/2002, 7658/2002, 8406/2002, 28/2002, 1243/2002, 1855/2002, 2005/2003, 3115/2003 e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

1779/2008 e, consequentemente, extinguir o processo de execução fiscal, nos termos do artigo 176º, nº1, alínea b) do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----  
-----Foi igualmente deliberado promover a cobrança por receita eventual dos consumos efectivamente realizados durante aqueles meses e ligação de ramal de abastecimento de água, no montante de 249,49 € (Duzentos e quarenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos), excluindo os valores das taxas de justiça, juros de mora e custas do processo. -----

**3.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) INSTITUIÇÕES:** -----

**-----A-1) - ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **5.855,00 € (Cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros)**, como apoio à aquisição de material destinado ao apetrechamento dos laboratórios de Física e Química, e bem assim um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, como apoio à aquisição de material com vista ao desenvolvimento do projecto integrado no concurso DEL8, visando essencialmente a melhoria de equipamentos e instalações dos hospitais dos países de terceiro mundo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**B) AUTARQUIAS:** -----

**-----B-1) - FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS** -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Travanca de Lagos, um subsídio no montante de **377,40 € (Trezentos e setenta e sete euros e quarenta cêntimos)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água no ano de 2008. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**3.7 - OBRAS PARTICULARES:** -----

**-----37.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS** -----

D.S.T./DOC.2

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 29 de Abril e 11 de Maio de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.8 - RAMAIS DE SANEAMENTO DAS CALDAS DE SÃO PAULO - FIXAÇÃO DE PREÇO-----**

D.A.G.F./Proc.47/1/DOC.3

-----Por proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, fixar em 150,00 € (Cento e cinquenta euros), incluindo IVA à taxa legal em vigor, o valor a pagar pelos munícipes residentes na localidade de Caldas de São Paulo, freguesia de Penalva de Alva, deste concelho, e identificados na relação que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, pela execução de ramais de saneamento domiciliários.-----

**3.9 - OFERTA DA INSÍGNIA DE GRANDE-OFICIAL DA ORDEM DA LIBERDADE -----**

D.A.G.F./Proc.59

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 04 de Maio de 2009, remetida pelo Sr. Rui Borges Santos Silva, Coronel de Cavalaria na reforma, residente em Coimbra, a dar conta de que, tendo sido condecorado com o “Grau de Grande – Oficial da Ordem da Liberdade”, no dia 30 de Janeiro de 2006, por Sua Excelência, o Sr. Presidente da República Portuguesa, é seu desejo doar a insígnia, com o qual foi agraciado, à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aceitar a doação da Insígnia de Grande Oficial da Ordem da Liberdade, na sequência da vontade formalmente manifestada pelo Sr. Coronel Rui Borges Santos Silva, e agradecer este gesto, assegurando que será dada a máxima dignidade à mesma, pelo relevante contributo para a restituição da liberdade no país. -----

**3.10 - EPTOLIVA - ESCOLA PROFISSIONAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, TÁBUA E ARGANIL - PEDIDO DE PARECER SOBRE OS CURSOS PROFISSIONAIS A CANDIDATAR PARA O TRIÉNIO 2009/2012-----**

D.A.G.F./Proc.29/2

-----Foi presente pelo Sr. Presidente um fax datado de 28 de Abril de 2009, remetido pela EPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, a solicitar a emissão de parecer relativamente aos Cursos Profissionais (nível 3) que pretende leccionar no triénio 2009-2012, a seguir descritos: -----

----- Técnico de Multimédia, a funcionar em Oliveira do Hospital; -----

----- Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, a funcionar em Oliveira do Hospital; -----

----- Técnico de Manutenção Industrial - variante Mecatrónica Automóvel, a funcionar em Oliveira do Hospital; -----

----- Técnico de Turismo Ambiental e Rural, a funcionar no Pólo de Tábua; -----

----- Técnico de Sistema de Informação Geográfica, a funcionar no Pólo de Arganil; -----

-----Em virtude do Sr. Vereador Paulo Rocha ser em simultâneo o Director Executivo da EPTOLIVA, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto. -----

-----Pelo conhecimento que o Município de Oliveira do Hospital tem do mercado e das necessidades da região, foi deliberado, por todos os membros presentes, dar parecer favorável aos Cursos que a EPTOLIVA se propõe leccionar, por serem de todo o interesse para a área de influência desta Escola. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.11 - TRANSPORTES PÚBLICOS DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS  
LIGEIROS DE PASSAGEIROS - CONTINGENTE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -  
LOCAIS DE ESTACIONAMENTO** -----

D.A.G.F./Proc.37/1-A

-----No âmbito do processo de definição e posicionamento das praças de táxis dentro da cidade de Oliveira do Hospital, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 30 de Março de 2009, remetida por Taxistas do Concelho, a dar conta, por ordem preferencial, dos locais que em seu entender reúnem as condições para o efeito, a saber:-----

-----1º - Quatro lugares na Avenida Dr. Carlos Campos em frente aos Bombeiros;-----

-----2º - Três lugares no Largo Ribeiro do Amaral em frente do actual Café Jardim;-----

-----3º - Dois lugares na Avenida Sá Carneiro, no sentido descendente, ou seja os dois últimos lugares de estacionamento existente em frente à Farmácia Gonçalves; -----

-----4º - Dois lugares unicamente utilizáveis pelos taxistas nos dias de feira e outros eventos, na rua do Castanheirinho junto ao local onde tem lugar a mesma.-----

-----Em face do exposto, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, concordar com a fixação dos lugares propostos, à excepção dos lugares junto à Farmácia Gonçalves, sendo que neste caso apenas será disponibilizado um lugar. -----

**3.12 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES:** -----

-----**3.12.1 - JOSÉ BENTO DA FONSECA**-----

D.A.G.F./Proc.54/3

-----De acordo com a informação elaborada pelo Técnico Superior, Engº Manuel de Melo Cruz, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal o pagamento de **15.000,00 € (Quinze mil euros)** a José Bento da Fonseca, residente no Loteamento das Devesas, nº 8, em Bobadela, a título de indemnização, pelos estragos provocados na sua habitação por queda de um pinheiro manso de grande porte. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.12.2 - MARIA ISABEL SIMÕES RIBEIRO**-----

D.A.G.F./Proc.53/23

-----De acordo com a informação elaborada pela Técnica Superior, Dra. Isabel Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal o pagamento de **500,00 € (Quinhentos euros)** a Maria Isabel Simões Ribeiro, residente na Rua Gago Coutinho, nº 90, em Montijo, a título de indemnização, pela entrada e alegada produção de danos, por parte de alguns meninos da Creche de Travanca de Lagos, na sua edificação contígua àquela instituição. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

**3.13 - OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----**3.13.1 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL**-----

D.A.G.F.

-----Remete para conhecimento da Câmara Municipal o Relatório da Prestação de Contas do ano de 2008.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, tomar conhecimento e remeter o referido documento à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

**-----3.13.2 - REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ARGANIL -  
REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO -----**

**D.A.G.F./ Procº 28/6**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na 1ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Arganil, que teve lugar no dia 21 de Abril do ano em curso, na Câmara Municipal de Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

-----1 – Apresentação, pela Câmara Municipal, da deliberação que determinou a revisão do Plano e respectivo relatório fundamentado da avaliação da execução do PDM (volume 1); -----

-----2 – Apresentação, pela Câmara Municipal, da metodologia e do programa de trabalhos de revisão do PDM, incluindo o respectivo cronograma e as bases cartográficas a utilizar; -----

-----3 – Apresentação, pela Câmara Municipal, dos estudos sectoriais de caracterização do município (volume 2), da planta de enquadramento regional, da planta da situação existente, das Plantas de Condicionantes e outras peças gráficas, bem como o Relatório de Factores Críticos de avaliação Ambiental Estratégica (volume 3) e a sua apreciação pela CA;-----

-----4 – Identificação, pelos membros da CA que representem serviços ou entidades da administração directa ou indirecta do estado dos planos, programas e projectos sectoriais, bem como das orientações de política sectorial com incidência nos trabalhos desenvolvidos e a desenvolver;-----

-----5 – Esclarecimento pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, dos aspectos relacionados com a proposta de definição do âmbito da avaliação ambiental e do alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental;-----

-----6 – Aprovação do programa de trabalhos da CA em articulação com a programação apresentada pela Câmara Municipal, incluindo, na medida do possível as reuniões sectoriais a que haja lugar. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.13.3 - MAPA DE TRANSPORTES -----**

**D.A.G.F./DOC.4**

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 28 de Abril e 11 de Maio de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**4 - OUTROS ASSUNTOS-----**

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto: -----

**-----4.1 - EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO  
DA E.M. 504 ENTRE LAGARES DA BEIRA/ LIMITE DO CONCELHO -**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**BENEFICIAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 504-2 ENTRE A E.M. 504 E A POVOAÇÃO DE MERUGE” – C.A. – CONSTRUTORA DO ALVA, S.A. - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----**

**D.S.T./ Proc.10/452/DOC.5**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 30 de Abril de 2009, remetida pela empresa C.A. – Construtora do Alva, S.A., na qualidade de adjudicatária da empreitada em epígrafe, a solicitar a prorrogação do prazo de execução da obra até ao dia 28 de Maio de 2009.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação dos serviços, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, deferir o pedido.**-----

**-----4.2 – LUÍS ANDRÉ RODRIGUES TAVARES -----**

**D.A.G.F./Proc. 47/9**

-----Requer autorização para instalação de uma placa publicitária no seu estabelecimento comercial denominado “Agente Açoreana – Grupo Banif”, sito na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1-3º - Dtº, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.**-----

**-----4.3 - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGOH – COMISSÃO DE PRAXE – CORTEJO ACADÉMICO/ PARTICIPAÇÃO PRÉVIA -----**

**D.A.G.F./Proc.69**

-----Nos termos do disposto no nº 2, do artº 29º, do Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Dezembro, participa que no próximo dia 21 de Maio, pelas 13h30m, irá realizar-se nas ruas da cidade de Oliveira do Hospital o Cortejo Académico, decorrente da Semana Académica/ 2009.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**-----4.4 - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGOH - SEMANA ACADÉMICA DA ESTGOH - LICENÇA DE RUÍDO / LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----**

**D.A.G.F./Proc.69/3**

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento de recinto improvisado para a realização da Semana Académica/ 2009 da ESTGOH, a levar e efeito no “Parque dos Marmelos”, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, isentar a Associação de Estudantes da ESTGOH do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.**---

**5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----**

**5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----**

**-----5.1.1 – MOSTRA DE GASTRONOMIA E ARTESANATO DAS FREGUESIAS - EM TÁBUA -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal de que, na próxima quinta-feira, pelas 18 horas, vai ter lugar a abertura oficial da Mostra de Gastronomia e Artesanato das Freguesias, em Tábua, promovida pela ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, convidando os Srs. Vereadores a estarem presentes no referido evento. -----

**5.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES** -----

**5.2.1 – 2ª JORNADAS DE TEATRO ESCOLAR** -----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes entregou aos Srs. Vereadores o panfleto alusivo às 2ªs Jornadas de Teatro Escolar, que estão a decorrer durante o corrente mês de Maio, em que constam os programas relativos ao fins-de-semana de 15/16 e 22/23, explicando que este evento integra todas as peças de teatro preparadas pelas escolas do concelho de Oliveira do Hospital que se propuseram a apresentá-las no âmbito destas jornadas, convidando os Srs. Vereadores a estarem presentes. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

**CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e vinte minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 12 de Maio de 2009 -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 12 DE MAIO  
DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 12 DE MAIO  
DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**